

Os Mitos de Origem e a Identidade Cultural –

A presença de D. Dinis no Imaginário Leiriense

Jenny Gil Sousa

Resumo

O mito de origem é uma narrativa mítica que fomenta a ligação entre presente e passado. Conferindo significado e valor à existência, os mitos de origem partem de acontecimentos grandiosos que, para além de trazerem à memória o passado glorioso, comunicam que este é recuperável. Na comunidade de Leiria a figura de D. Dinis possui uma presença forte e distinta. Este sexto rei da 1ª dinastia reinou durante 46 anos e marcou não só o contexto histórico de Leiria mas também o seu contexto existencial. Os mitos de origem assumem-se como pertencentes a uma realidade cultural complexa sendo esta uma área de especial interesse para o turismo cultural que, assentando no passado e na autenticidade de cada comunidade, pode encontrar nos mitos de origem ótimas formas de fazer roteiros turísticos com identidade.

Palavras Chave: Mito de Origem; Identidade Cultural; D. Dinis; Turismo Cultural; Leiria

1. MITO DE ORIGEM

O Mito é um conceito extremamente difícil de circunscrever e clarificar sobretudo no que concerne ao seu âmbito e objecto. Segundo Furio Jesi (1973: 13), é preciso ter a noção que a palavra mito assume hoje múltiplos significados e como tal, estudar o mito implica que os vários significados, separadamente ou em conjunto, estejam em relação.

Se recuarmos até ao século XIX, o mito era entendido como “imaginação”, “invenção”, “fábula”. Posteriormente, este conceito começou a ser entendido como «“história verdadeira” e, sobretudo, altamente preciosa, porque sagrada, exemplar e significativa» (Eliade, 1989: 9). Hoje, o mito é entendido tanto «no sentido de “ficção” ou de “ilusão”, como no sentido de “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar”» (*Op. Cit.*: 9) sobretudo para os etnólogos, sociólogos e historiadores das religiões. Este aspecto não contribui propriamente para uma clarificação do conceito acabando por provocar alguns equívocos na linguagem corrente. Ainda segundo o mesmo autor,

“Seria difícil encontrar uma definição de mito que fosse aceite por todos os estudiosos e, ao mesmo tempo, acessível aos não especialistas. (...) O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares” (*Op. Cit.*: 12).

Segundo Walter Burkert (1991: 15), o mito tornou-se, pelo menos a partir da década de vinte do século anterior, de novo respeitável embora não se tenha libertado da ambiguidade que lhe está incorporada.

Se for apreendido na sua totalidade, percebe-se que o significado básico do mito “não está ligado à sequência de acontecimentos, mas antes, se assim se pode dizer, a grupos de acontecimentos, ainda que tais acontecimentos ocorram em momentos diferentes da História” (Lévi-Strauss, 2000: 68).

Todas as culturas têm os seus mitos; o mito conta uma história sacra, narra um acontecimento que teve lugar no tempo dos “começos”, das origens, “(...) o mito é considerado como uma história sagrada, e portanto uma “historia verdadeira”, porque se refere sempre a realidades” (Eliade, 1989: 13).

O mito não tem a ver propriamente com mística mas sim com narrativas; narrativas acerca de deuses e heróis e narrativas acerca da origem do mundo e a sua organização:

“Neste sentido, o mito é fundamental – sem por isso se ter de falar explicitamente de tempos primordiais – como “carta de fundação” de instituições, explicação de rituais, precedente para aforismos mágicos, esboço de reivindicações familiares ou étnicas, e, sobretudo, como orientação que mostra o caminho neste mundo ou no além. O mito neste sentido nunca existe “puro” em si, mas tem por alvo a realidade; o mito é simultaneamente uma metáfora ao nível da narração” (Burkert, 1991: 18).

O mito transmite informações importantes e privilegiadas sobre a Humanidade, sobre a posição desta na realidade circundante; é um saber englobante, cuja finalidade é a compreensão do *aqui e agora*. Segundo José Eduardo Franco (2004: 57) a narração e a mitificação das origens de um povo, nação ou instituição é consequência de um propósito de engrandecimento e de legitimação da realidade fenoménica que se descreve num processo de construção de memória histórica. Os mitos têm acompanhado a Humanidade praticamente desde a sua origem portanto, independentemente do fundo histórico que possa ter, na realidade possui um papel basilar na cultura de um povo, isto porque “[o] mito pode ter uma função cultural relevante, ajudando-nos a compreender e a explicar os anseios e os problemas que têm preocupado os homens” (Mendes, 1996: 54).

O mito de origem possibilita a interpretação do mundo, indiferenciando o lógico, a ficção e a realidade objectiva, provocando uma atitude inicial de experiência que a Humanidade tem de si, do outro e daquilo que a rodeia.

“Aquilo para que o mito nos aponta é a integridade de algo que se perdeu, o nada que é tudo para o momento da restituição do homem a uma ordem perdida ou a sua reintegração cósmica para além do caos, para o interior do que é o seu lugar efectivo no universo. O único mito é só o da origem e o da reintegração, coincidindo a auto-suficiência do mito, que remete para si, com a imagem arcaica ou original que designa o movimento regressivo para o momento estático da origem: do tempo e da história para o que o não é” (Pimentel, 2008: 9).

O mito narra sempre qualquer coisa que se passou realmente, um facto que efectivamente aconteceu: “[o]s mitos revelam as estruturas do real e os múltiplos modos de existir no mundo. É por isso que constituem o modelo exemplar dos comportamentos

humanos: revelam histórias verdadeiras, referindo-se às realidades” (Eliade, 1989: 10). Ainda segundo o autor citado, para existir mito é necessário que se desvende um mistério, que se revele o evento que serviu de base, quer a uma estrutura do real, quer a um comportamento humano. Por isto, o mito não pode ser particular, privado e pessoal; o mito é um modelo. O mito mostra como é que surgiu uma determinada realidade, seja esta realidade total ou apenas uma parte. Através do mito o Ser Humano explica como e porquê surgiram as coisas, “[o] mito pode ter uma função cultural relevante, ajudando-nos a compreender e a explicar os anseios e os problemas que têm preocupado os homens” (Mendes, 1996: 54).

O mito enlaça perfeitamente passado, presente e futuro. O mito é parte fundamental do património cultural e logo, essencial na identidade e identificação de uma comunidade. Podemos dizer que os mitos fazem parte da identificação de uma comunidade e estão implícitos na sua(s) identidade(s). O mito, enquanto saber em histórias, está implícito na consciência de identidade das comunidades. A mitificação do passado permite salvaguardar a integridade da nação e, desta forma, intervir no presente e futuro: “[a]lém de uma história-parecer, uma história-posição, torna-se uma história-desejo e uma história-profecia, cimentada num ideal patriótico ou institucionalista bem definido” (Franco, 2004: 58).

Na realidade, o mito tem o valor de encerrar em si a fundamentação da vida social e da cultura e de se transformar em património cultural. Enquanto património cultural é essencial na formação da identidade.

A identidade é um processo de construção e reconstrução marcado pela cultura. A cultura espiritual é importante e mesmo a cultura material é um reflexo desta. O património abrange as dimensões tangíveis e intangíveis da cultura:

“Assim, podemos afirmar que o património cultural é a base e o sustentáculo da identidade da sociedade. Esta identidade cultural constitui a riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da sociedade, mobilizando cada grupo social a nutrir-se do seu passado e a colher as contribuições compatíveis com a sua especificidade e a continuar, assim, o processo de criação e de recriação social” (Gomes, 2009: 60).

Ainda segundo este autor, é a identidade que distingue as comunidades e as regiões, sendo esta identidade essencial para a sobrevivência das localidades “[é] a identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões, distinguindo-os de todos os outros territórios, vizinhos ou distantes. (*Op. Cit.*: 61).

O mito, enquanto factor importante do património cultural e de identidade, possui esta capacidade de promover a ligação entre o presente e o passado: “[é] a historicidade paradoxal das culturas em que o passado antecipa e consagra, autentica o presente” (Jesi, 1973: 26). Para além de autenticar o presente, os mitos recordam constantemente que os acontecimentos grandiosos do passado são, em parte, recuperáveis: “[é] sob esta forma, sobretudo, que o passado nos é caro. Um passado fundamentalmente vivido como justificação transcendente do presente e caução do futuro” (Lourenço, 2004: 67).

A identidade está assente na memória do povo, nas imagens do passado. No entanto, chamamos a atenção para o facto da identidade não ser sinónimo absoluto de algo herdado do passado. A identidade é algo dinâmico sendo simultaneamente passado,

presente e futuro. A identidade é uma força colectiva que, sem romper com o passado, é criadora de novos futuros. A identidade implica também uma construção em relação às outras pois as pessoas e as comunidades não se pensam no vazio. Fazem-no por referência a outrem, no caso presente por referência também ao património dos outros. Desta forma, conseguimos perceber que o mito está amplamente presente na nossa sociedade. Frequentemente nem reparamos nele mas o certo é que nós vivemos com ele, representamos a nossa sociedade, o nosso país e a nossa(s) identidade(s) com ele.

2. MITO E IDENTIDADE NACIONAL

Manuel Cândido Pimentel (2008: 34) diz-nos que “[n]enhum povo pode viver sem a inspiração mítica de si próprio”. Se os mitos encerram o modelo da posição e as vontades de um povo na história do mundo, então não é de estranhar que possuam uma grande importância na identidade nacional. Segundo José Mattoso (2008: 5) “[a] identidade nacional, tal como existe hoje, resulta de um processo histórico que passou por diversas fases até atingir a expressão que actualmente conhecemos”. Ainda segundo este autor, a identidade nacional é influenciada por uns acontecimentos mais que por outros, podendo por vezes ser os acontecimentos políticos a ter mais relevância e outras vezes, os factores económicos e sociais. Mas o que é importante perceber é que a diversidade nacional resulta, em boa parte, da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos das suas sucessivas expressões históricas. A identidade nacional é ainda marcada pelo território (a determinação das fronteiras) e a língua. Não obstante, “[a] atribuição de um valor à identidade nacional resulta, pois, de um processo muito lento” (*Op. Cit.*: 30).

Sendo o mito uma narração de actividades de heróis míticos que melhoram a vida dos homens e nações, ele serve para dar sentido à acção humana ao mesmo tempo que a integra num todo coerente. O mito constitui a vida e as comunidades, atribui um objectivo e significado e influencia inevitavelmente a identidade.

Posto isto, surge-nos a seguinte questão: existirá um Mito de Portugal? Segundo José Eduardo Franco (2004: 57) a mitificação de um passado genesíaco revela-se essencial na salvaguarda da integridade das nações na luta contra o perigo eminente da decadência ou da ruína da identidade nacional. É a procura de uma eficácia presente nas construções do passado. Assim o mito de Portugal teria como função “ (...) reler a história passada aprofundando-lhe e dignificando-lhe as origens de forma a cimentar a identidade portuguesa em alicerces prestigiantes” (*Op. Cit.*: 58). É um esforço de valorização das raízes primeiras, de determinação da primazia portuguesa. O mito é encarado como o próprio real:

“(…) o mito de Portugal, compreendido na sua substância de encarnação de ideais colectivos, tem conteúdo histórico e existencial, por nele se exprimirem, por forma contínua e variada, os sentimentos, as paixões e as aspirações de um povo, a par das suas narráveis acção, visão, compreensão e capacidade de transformação do mundo” (Pimentel, 2008: 10).

O mito é um fenómeno cultural e encerra os ideais da nacionalidade, a origem do ser português. São vários os marcos do surgimento, da formação e consolidação do mito de

Portugal contudo, gostaríamos de apontar a Expansão e os Descobrimientos como marcos fundamentais na constituição do mito português, sendo os Lusíadas o maior construtor da arquitectura mitogénica e poética da nossa nacionalidade. Ao mito de Portugal basta-lhe a História:

“Dada esta riquíssima e prolongada vivência histórica, em que medida é que isso se reflecte na cultura portuguesa? É bem possível que tal esteja na origem de uma considerável receptividade à História Pátria por parte dos Portugueses e, inclusive, tenha contribuído para um certo culto “historicista” em Portugal” (Mendes, 1996: 52).

Tal como já referimos, são vários os acontecimentos marcantes mas as Descobertas marítimas e a Expansão têm possuído um papel fulcral. A propósito desta informação o autor (*Op. Cit.*: 53) cita Joaquim Barradas de Carvalho:

“Toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimientos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes acontecimentos. Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda (1974) – consequências desses grandes empreendimentos”.

Os mitos são formas eficazes de perpetuar a consciência quer do mundo do divino, quer dos Antepassados. Os mitos permitem o regresso às origens, tendo o prestígio deste regresso sobrevivido nas sociedades europeias. Os mitos, ao se alimentarem da História, tornam-se em mitos históricos conservando desta forma a identidade cultural de uma comunidade. O mito existe nas sociedades actuais porque, para além de ser um meio de expressão e de pensamento, é também uma forma de viver e de actuar. Estes mitos actuam de uma forma profunda no Ser Humano pois proporcionam uma cosmogonia e uma cosmovisão, um campo simbólico e um universo a partir do qual o grupo pode comunicar e coexistir.

Os mitos são construtos da identidade nacional que, sendo um fenómeno de interesse colectivo, fomenta uma consciência de comunidade e possui uma dinâmica e uma vitalidade que se projecta sobre a actualidade de maneira significativa: “as identidades nacionais são formas específicas da identidade colectiva” (Sobral, 2006: 5).

Através da identidade nacional, os sujeitos das comunidades são unidos, se não mesmo tornados algo homogéneos, por recordações históricas comuns, personagens, símbolos e tradições: “[n]ão é um repertório fixo que garante a construção da identidade de um grupo, mas o facto de o grupo se entender a si mesmo e ser percebido pelos outros como contínuo e exclusivo ao longo da história” (Golstein, 2000: 28). É assim um conhecimento e uma experiência grupal assente num passado, no qual cada grupo determina a sua consciência de unidade e autenticidade, “la identidad nacional siempre los une en todo momento” (Barrios, 1993: 58).

Os mitos são concepções do cosmos e como tal, vistos como partes integrantes dos sistemas e da vida em comunidade. Os protagonistas dos mitos são deidades ou personagens excepcionais que desempenham a função de intermediar os poderes de cima e a humanidade de baixo. Dentro desta categoria de personagens históricas excepcionais encontra-se D. Dinis. Este rei governou os destinos de Portugal durante 46 anos e marcou profundamente não só a identidade nacional mas também a identidade da localidade de Leiria. Vamos conhecer um pouco melhor o Rei Poeta.

3. D. DINIS, REI DOS PORTUGUESES E DE PORTUGAL

D. Dinis, filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, foi o sexto monarca da primeira dinastia. Iniciou o seu reinado de 46 anos em Lisboa, no ano de 1279, com apenas 17 anos. Este rei que marcou a história do reino português viveu 61 anos; era de estatura baixa, proporcionado de corpo, “[c]om cabelos ruivos e possivelmente de olhos claros, no seu rosto estreito desenhava-se um belo sorriso, emoldurado por uma barba da mesma cor” (Pizarro, 2005: 214).

Herdou uma coroa e um reino que, em linhas gerais, estava estabilizado, mas teve de resolver as disputas que haviam incompatibilizado o seu pai e a Santa Sé. No que concerne a relações externas, o monarca pretendeu dinamizar e diversificar os contactos. Portugal subsistiu como reino independente e D. Dinis como autoridade política.

Um forte sentido de justiça caracterizava o Rei Poeta; mal subiu ao trono tratou de prender todos os ladrões e malfeitores que tornavam os caminhos perigosos. O povoamento do reino e o reforço do sistema defensivo foram outras duas preocupações do período dionísio. A provar esta última podemos verificar a grande construção de castelos e muralhas.

D. Dinis foi um rei que não se preocupou apenas com as construções de carácter militar e civil. É sua a criação da primeira universidade portuguesa, podendo o seu reinado ser considerado como um reinado marcado por uma forte política de nacionalização. No que respeita às suas características pessoais era um homem de carácter forte e determinado, com um grande sentido prático das coisas e da vida. Eventualmente colérico e prepotente, quer na forma como expulsou do reino o filho bastardo e como castigou os que entregaram o Castelo de Leiria, quer na forma como sempre tratou a nobreza. Não obstante, era também “[u]m homem culto, sensível e espirituoso, como o demonstra a sua abundante produção poética, quer de amor quer de sátira, ou a capacidade de compor música, e o conhecimento da produção intelectual do seu ilustre avô, Afonso X, o Sábio (...)” (*Op. Cit.*: 207).

O Rei Poeta cresceu no seio de um ambiente culto, tomando desde muito cedo contacto com a poesia trovadoresca. D. Dinis destaca-se no plano intelectual quer como autor, quer como mecenas e impulsionador de outros autores. Foi promotor da língua portuguesa como idioma oficial; “[a]ssim sendo, mais cumpre destacar o talento e a cultura de D. Dinis, contribuindo assim para definir melhor a sua figura e a sua personalidade excepcionais. A justo título, tantas vezes designado como o Rei Poeta” (*Op. Cit.*: 261).

O rei Dionísio teve também um importante papel no que respeita à protecção dos campos agrícolas nomeadamente no recobrimento das lezírias do Ribatejo. Também foi sua preocupação os danos que as areias do mar causavam aos campos cultivados instituindo por isso, o ordenamento dos pinhais no litoral, tal como nos diz Marreiros (1996: 192) “[s]e a iniciativa da plantação do pinhal não pertenceu a D. Dinis, pois temos conhecimento da existência de pinheiros nesta região desde a Pré-História, a este rei deveu-se, com certeza, o ordenamento da mancha florestal litorânea” (*Op. Cit.*: 172). Apesar de não ter sido D. Dinis o mandatário da plantação, o seu nome ficou para sempre ligado ao pinhal de Leiria sendo, ainda nos dias de hoje, conhecido por Pinhal

do Rei. Este facto também contribuiu fortemente para a atribuição de um outro cognome pelo qual este rei é conhecido e que ficou para a história: O Lavrador.

D. Dinis casou-se com D. Isabel de Aragão, uma das rainhas mais amadas de Portugal. Conhecida pela sua bondade e caridade, a Rainha Santa Isabel, como ficou conhecida, tinha um “(...) espírito verdadeiramente esmoler, não se pode negá-lo, distribuía amiúde esmolos aonde fosse ou por onde passasse, ganhando, a justo título, a fama de rainha caritativa” (*Op. Cit.*: 228). Foi uma rainha que teve um verdadeiro reconhecimento e admiração. Para a História ficou muito mais conhecida pela sua santidade do que como esposa de D. Dinis, “[m]as mesmo quando o foi sob este último ponto de vista, poucos foram os autores que interpretaram as suas acções sem verem nelas o toque da santidade” (*Op. Cit.*: 228).

O Rei Poeta ficou também conhecido por ser muito dado aos prazeres carnavais, especial apreciador da companhia feminina. É-lhe então conhecida a reputação de galanteador e provas evidentes de numerosos filhos bastardos. Os inúmeros casos amorosos marcam a vida deste rei que encontrava junto das donzelas enamoradas a inspiração para as suas composições poéticas.

3.1 D. Dinis e a Identidade de Portugal

D. Dinis marcou a História de Portugal e o imaginário dos portugueses, e tal pode ser visto na quantidade de mitos que rondam este rei. Este rei e o seu reinado foram encarados como resultado da providência, “D. Dinis nasceu para Portugal no momento próprio para bem modelar o corpo e o espírito de uma nova Pátria e preparar novos rumos ao seu desenvolvimento” (Cortez Pinto, 1982: 15). Encarado como um intermediário entre os seres divinos e a existência humana, ao rei poeta são atribuídas as virtudes e os actos premonitórios de criação de uma grande nação e uma grande pátria: “(...) para uma grande obra destinada a cumprir-se no futuro, dando origem à criação de uma Pátria ou determinado um novo rumo à sua história” (*Op. Cit.*: 16).

Embora ainda distante dos Descobrimentos, é atribuído a este rei a criação de todas as condições para que a grande epopeia se realizasse. Foi no seu reinado que começou o nascimento da Pátria e a grandeza do futuro. Foi D. Dinis que preparou a elevação do império português: “[d]epois de fixar as fronteiras do território metropolitano conquistado pelo seu avô Afonso Henriques, seria o mais directo antecessor do Infante na organização da marinharia dos descobrimentos para alargamento ultramarino das nossas fronteiras continentais” (*Op.Cit.*: 16). Não é de estranhar então que herói tão marcante ocupe um papel especial na criação da nação e da identidade nacional: “[a] influência poderosa e harmonicamente complexa da personalidade de D. Dinis encontra-se palpitante no âmago de toda a estrutura moral e espiritual da Nação (...)” (*Op.Cit.*: 19).

A relação do rei D.Dinis e da rainha Santa com a epopeia marítima encontra-se bastante marcada em Américo Cortez Pinto (1982). Segundo este autor, D. Dinis possuía a antevisão do período áureo dos descobrimentos e a plantação do pinhal mais não era que uma acção inspirada de poeta e marinheiro, onde germinava um sonho que levaria Portugal a horizontes da África Negra; “[s]endo assim teríamos em D. Dinis, antes de D. Henrique o primeiro de todos os nossos príncipes descobridores” (*Op.Cit.*: 150). Até

o facto de ter casado com uma mulher que se revelou santa, atribuiu à vida deste rei uma mística e uma relação com o divino diferente de qualquer outro rei de Portugal.

D. Dinis destacou-se no plano intelectual e cultural sendo o principal impulsionador da língua portuguesa, promovendo-a como idioma oficial, um dos aspectos mais significativos na constituição da identidade de um povo.

Parece-nos que já está sobejamente demonstrado o papel mítico que envolve D. Dinis. Personalidade ímpar, protegido pela divindade e pelo cosmos, este rei marcou a história de Portugal de uma forma excepcional. Em torno da sua vida e do seu reinado germinaram mitos um pouco por todo o território continental e Leiria não é excepção.

4. TURISMO – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UM CONCEITO

O turismo é uma actividade que sempre existiu. A história do próprio sector do turismo está intimamente ligada à história da humanidade. Desde os tempos mais remotos que a humanidade se desloca por localidades com diversas finalidades. A nível internacional, a história do turismo está associada e consolidada em torno de três grandes marcos que se destacam entre os séculos XVIII e XX: a realização do *grand tour*, acontecimento *sine qua non* na formação de *gentlemen* e a sua admissão nas Cortes, a criação do primeiro pacote turístico inventado por Thomas Cook, e o fenómeno do turismo de massas que teve o seu início na década de 50 (cf. Costa, 2005: 280).

O turismo tem hoje um papel de relevo nos âmbitos social, cultural, educativo e económico dos diversos países. Mas, quando falamos de turismo a que nos estamos concretamente a referir? Segundo Mathieson e Wall (1982) in Costa (2005: 282) turismo é o movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência por períodos superiores a vinte e quatro horas, tal como os impactos que essas pessoas geram a nível das áreas-destino tanto a nível da cultura, do património e da sociedade. Turismo implica a movimentação de pessoas para fora da sua área habitacional tendo por base um conjunto de motivações que se prendem sobretudo com factores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos.

O turismo é então um sistema, ou seja, é um conjunto de diversas partes que interagem para atingir um determinado objectivo; o turismo é portanto o “(...) resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, sociais e económicos, tem campo de estudo superabrangente, complexíssimo e pluricausal” (Beni, 1997: 18). Devido à amplitude complexa, rica e dinâmica, Mário Beni, a partir da Teoria Geral dos Sistemas construiu o Sistema de Turismo (Sistur). A Teoria Geral dos Sistemas é um conceito que afirma que cada variável, integrada num sistema, interage com outras variáveis de forma tão completa que causa efeitos que não podem ser separados; uma única variável pode ser ao mesmo tempo causa e efeito (cf. Beni, 1997: 17).

O Sistur surgiu “a fim de conhecer a estrutura dessa actividade [turismo], que compreende diversos complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados” (*Op. Cit.*: 18). Segundo o autor, uma vez que o turismo é um processo cuja ocorrência exige a interacção simultânea de vários sistemas com actuações que se somam para levar ao efeito final, tornou-se pertinente a criação de um Sistema de Turismo que possibilitasse aos investigadores a construção de modelos. Sintetizando,

pode-se dizer que o Sistur é um modelo referencial teórico para um melhor entendimento da organização e dinâmica da actividade turística.

3.1. Turismo cultural

Será que existe alguma relação entre o turismo e a cultura? Na origem de todas as formas de turismo o elemento cultural encontra-se fortemente presente constituindo-se como um dos principais elementos de motivação para que as pessoas se desloquem a outros locais.

Apesar de ser de grande dificuldade de definição, encontramos um conceito que une o turismo e a cultura, o turismo cultural. Este tipo de turismo assenta na cultura e no património cultural das localidades e das comunidades. O turismo cultural tem como principal objectivo o conhecer uma cultura ou o património de um dado destino. O património cultural tem vindo a converter-se, cada vez mais, numa característica essencial de captação de turistas, numa especificidade de turismo, um atractivo de posicionamento.

Tal como já referimos anteriormente, o património cultural é uma construção social que possui um *corpus mysticum* que assenta necessariamente na identidade cultural. A identidade enquanto construto social, está em constante processo de revisão e configuração, evolução e dinamismo. É uma produção e uma proposta de acção que reinterpreta permanentemente o passado e se adapta às contínuas rupturas e transformações do processo histórico (cf. Vallbona e Costa, 2003: 11). É uma maneira de viver o mundo, de sentir e de actuar; é uma forma de cada elemento de uma comunidade se reconhecer e identificar.

A identidade cultural é composta por “un sistema de contenidos, de creencias, de ideas y pensamientos, de valores, de normas, de conocimientos, de intenciones y de desos explícitos y conscientes, de emociones y pasiones, de ilusiones y motivos inconscientes en una comunidad espacial (...)” (*Op. Cit.*: 11). Os elementos que representam a identidade cultural de uma comunidade formam um todo integrado, interligado e único: o território, a história, a língua, os símbolos, os valores e as crenças, as normas e os objectos materiais. Tal como já foi dito acima, os mitos possuem uma importância de relevo na construção da identidade cultural. Os mitos estão intimamente ligados aos valores, à simbologia e às crenças, que não só influenciam a forma como se vê aquilo que nos rodeia como também o nosso interior.

O turista cultural procura locais com autenticidade: “el turista cultural busca aquello que es singular y pueda sorprenderle; busca la diferencia” (*Op. Cit.*: 7). O património cultural, assente na identidade cultural de cada localidade, constitui essa diferença ao evocar imagens autênticas de cada localidade. Procura-se assim um turismo com identidade, um turismo que dá a conhecer a veracidade e peculiaridade de cada povo, usos, costumes, tradições e crenças: “é nesta acepção de cultura que se pode falar de turismo cultural” (Henriques, 2003: 47).

O turismo cultural potencia a identidade artística e cultural, promove os valores culturais e patrimoniais, do “ser” e do “ter” das localidades e impulsiona-os de forma a

que todos possam usufruir, “[i]n an age of greater accessibility to exotic locations, widespread dissemination of information, and the yearning for something different, a major aspect of differentiation for tourist destinations becomes culture: real, perceived or manufactured” (Robinson, Evans e Callaghan, 1996: 5).

Mas é preciso que haja uma boa gestão da cultura e do património. O património é um recurso muito sensível e pode-se danificar de forma irrecuperável e, tal como nos diz Grande (2002) in (Vallbona e Costa, 2003: 15), “[l]as consecuencias inmediatas son la perdida de identidad cultural y de autenticidad, transformando la cultura tradicional en una mera representación teatral”. É importante encontrar um equilíbrio na gestão do turismo cultural para que não se perca a riqueza do património cultural; é importante que ter em consideração “(...) os potenciais efeitos negativos e destrutivos que o uso massificado e descontrolado dos monumentos e lugares [pode] acarretar” (Henrique, 2003: 49). Existe uma relação dinâmica entre património, identidade e turismo que deve ser preservada e protegida.

3.2. Roteiros Turísticos

O *Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora (2010) diz que um roteiro é uma descrição pormenorizada de uma viagem; itinerário; livro onde se consignam todos os pormenores de uma viagem importante; indicação dos caminhos, ruas, etc., de uma região ou povoação. Podemos então dizer que um roteiro é um desenho de um percurso que inclui pontos de interesse histórico, cultural ou paisagístico e as respectivas indicações.

Os roteiros turísticos permitem aos turistas conhecer, interpretar e experimentar *in situ* o património cultural de um povo; podem constar indicações e informações acerca de caminhos, arquitectura local, celebrações festivas, artesanato, lendas e mitos, gastronomia, arte, etc. Segundo Vallbona e Costa (2003: 19), os roteiros temáticos e culturais são as ferramentas mais antigas e frequentemente utilizadas para programar e organizar produtos com base no património. Permitem integrar num produto elementos que individualmente não possuem um interesse suficiente. Os roteiros possuem uma temática que os organiza e têm como principal objectivo auxiliar o turista a conhecer uma localidade e a proporcionar-lhe um aumento de satisfação.

Os roteiros devem ser de fácil interpretação e devem permitir que a visita se converta num descobrimento e numa experiência enriquecedora. Na opinião de Xerardo Pérez (2009: 32) um roteiro é um circuito marcado por sítios e etapas relacionadas com um tema. Na construção de um roteiro é importante ter em atenção um conjunto de elementos que não basta identificar. É preciso que um roteiro cultural conte uma história e proporcione uma vivência; os elementos devem compor um conjunto integrado, contribuir para a valorização do património e sua conservação, servindo de elo de ligação entre visitantes e visitados.

Mito de Leiria – Proposta de um Roteiro Cultural

Leiria edificou-se nas ruínas de Colipo e adoptou o nome dos dois rios que a cercam, o Lis e o Lena. Rica em património histórico é, efectivamente, o castelo a edificação que mais se destaca.

Esta localidade foi fortemente marcada por D. Dinis encontrando-se, ainda hoje, várias referências a esta personalidade, quer a sua estátua distinta, quer em nomes de escolas, centros comerciais, cafês, mas sobretudo, nos nomes de localidades que devem a sua origem às narrativas que são atribuídas ao rei que mais tempo passou em Leiria.

O que aqui propomos agora é uma visita pelo concelho de Leiria conhecendo em particular lugares que têm um elemento em comum: D. Dinis. Propomos um roteiro cultural que tem como temática central a simbologia que envolve o Rei que mais marcou a comunidade; o fio condutor deste roteiro é o valor simbólico inerente às narrativas e às histórias em torno de D. Dinis. O que liga estas localidades são as “histórias verdadeiras” que se passaram e são verdadeiras porque se referem a realidades passadas na História. O mito de D. Dinis habita o imaginário do povo e recorda os habitantes locais do esplendor de outrora. As localidades que apresentamos vêm a sua história, a sua narrativa e a sua identidade cultural ligada pelo mesmo homem emblemático – D. Dinis.

Propomos assim um roteiro que é composto por cinco localidades e que, tal como já foi referido, tem como temática central o imaginário baseado no mito. Este roteiro procura reunir e ligar locais que possuem uma narrativa relacionada com o Rei Poeta e ao mesmo tempo, oferecer ao turista a possibilidade de contemplar a ruralidade dos espaços, os edifícios históricos, a arquitectura regional, celebrações festivas, o artesanato e a gastronomia.

No roteiro são enumeradas as cinco localidades, contado o mito que lhes está associado e apontado o que deve ser visitado em cada lugar. O roteiro inicia-se no Castelo de Leiria e termina em Monte Real, tem a duração de um dia e tem de ser realizado de automóvel.

<i>Roteiro “Viagem com el Rei D. Dinis”</i>
1
Local – Leiria (Castelo)
Mito – <i>“Vivia o Rei D. Dinis com a Rainha Santa Isabel, no Castelo de Leiria. A Rainha tinha mandado fazer a igreja de Nossa Senhora da Pena, lá no Castelo, onde moravam, na qual trabalhavam muitos alvanéis; Santa Isabel, que era muito caridosa e dava muitas esmolas aos pobres, o que às vezes contrariava o Rei, que era bom administrador do reino e da sua fazenda, tanto mais que as esmolas da sua mulher eram grandes e repetitivas. Um dia, levava a Rainha, numa abada do seu manto, grande quantidade de pães para distribuir pelos mais pobres, quando lhe apareceu, de surpresa, o seu marido, o Rei, que conhecendo demasiado bem o espírito de bem-fazer da Rainha e calculando o que ela levava na aba do seu manto, lhe perguntou: “Que levais aí, Senhora?” Ao que a Rainha Santa lhe responde: “Rosas, Senhor!” E a Santa</i>

Rainha abrindo o manto em que levava os pães destinados aos pobres, deixou-os cair já transformadas em lindas rosas, frescas e viçosas. O Rei seguiu seu caminho, sorrindo contente e a Rainha ficou mais contente ainda”(in <http://leiria.blogs.sapo.pt/>).

O que visitar – O castelo, monumento emblemático de Leiria, possui dezasseis pontos de interesse que vale a pena explorar: Portas do Castelo, Casa do Guarda, Torre dos Sinos, Igreja de Santa Maria da Pena, Ruínas da Colegiada, Paços Novos, Pátio Interior, Celeiros Medievais, Porta da Traição, Torre de Menagem, Torre Sineira, Portas do Norte, Antigo Paço Episcopal, Igreja de S. Pedro, Antigos Celeiros da Mitra e Cruzeiro.

2

Local – Amor

Mito – *“Andava o Senhor Rei D. Dinis e a sua Santa mulher, a Rainha Isabel, em uma mais demorada pousada em Leiria, talvez para descansar dos muitos a fazeres do seu alto cargo. Um dia, o Rei passeando no seu fogoso corcel, galopou campos fora e, lá longe, num pequeno lugar vê uma camponesa formosa como nenhuma outra se vira ainda em muitas léguas ao redor. Apaixonou-se o Rei pela camponesa e ali, naquele lugar, no meio do campo florido de papoilas e malmequeres, nasceu naquele dia um grande amor. As visitas do Rei ao seu grande amor continuaram e tornaram-se conhecidas nas redondezas, e, àquele lugar começaram a chamar Amor”*(in <http://lendasdeportugal.no.sapo.pt/distritos/leiria.htm>).

O que visitar – Esta localidade é enquadrada pelos campos dos Lis que convidam à serenidade e sossego. Esta povoação possui uma Igreja Paroquial adornada com azulejos do século XVIII digna de ser visitada assim como uma fonte a “El Rei D. Dinis” que ainda hoje é utilizada.

3

Local – Serra do Porto do Urso

Mito – *“Numa das suas idas secretas para Amor onde residia uma das suas amadas, El-Rei D. Dinis foi atacado por um enorme urso com o qual lutou acabando por o atirar a um poço. Ao local ficou a chamar-se “Poço de Urso” mais tarde “Porto de Urso” e posteriormente “Serra do Porto de Urso” por ser uma elevação acima do Vale do Lis”*(in <http://monterealonline.com/lendas.php>).

O que visitar – Nesta localidade encontra-se instalada a Base Aérea nº 5 (uma das maiores estruturas de defesa a nível nacional) e a Capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição que merece ser calmamente contemplada. É uma zona plana, amena e calma, ladeada pelo Vale do Lis a Nascente e Pinhal de Leiria a Poente, com vastos terrenos. Esta localidade convida a caminhadas relaxantes.

Local – Segodim

Mito – *“Certa noite de intenso temporal estava a Rainha Santa Isabel muito preocupada, na sua casa em Monte Real, pela demora do Rei D.Dinis, seu esposo, a regressar a casa. Suspeitando que o Rei tivesse ido para Amor visitar uma das suas secretas amadas, a Rainha resolveu ir ao seu encontro com alguns dos seus criados. Assim fez e, ao longo do caminho, foi colocando, em buracos protegidos do temporal, luzes feitas com cascas de caracol cheias de azeite e um cordão aceso para sinalizar o mesmo. Ia a rainha nessa azáfama quando encontrou o Rei que, ao vê-la toda molhada naquele local e àquela hora tardia, exclamou: **Que fazeis aqui Senhora minha? - A Rainha respondeu: - Estava preocupada pela Vossa demora e resolvi vir ao Vosso encontro senhor.** O Rei, ao ver as luzes colocadas no caminho, ficou muito perturbado e exclamou: - **Até que eu cego vi...** Retorquiu-lhe a Rainha: - **Cego vindes de Amor meu senhor**”. Assim terá surgido o nome do lugar de CEGOVINDES – CEGOVIM – SEGODIM (in <http://monterealonline.com/lendas.php>).*

O que visitar – Relativamente pequeno, o lugar do Segodim dispõe de gente laboriosa e bairrista muito amiga de conviver. Na visita a esta localidade merecem especial atenção a Fonte, por muitos aclamada como tendo a melhor água da região e o Ribeiro, lavadouro público que outrora foi fundamental na vida da comunidade.

Local – Monte Real

Mito – *«Quando o rei D. Dinis com sua esposa a Rainha Santa Isabel viviam em Monte Real, por altura da plantação do Pinhal, tinha alguns amores secretos para os lados de Leiria e, nomeadamente, em Amor. Andando a Rainha desconfiada com as saídas constantes do seu esposo, mandou que um seu criado seguisse o Rei e seus pagens a fim de saber para onde ele ia. No caminho que o Rei utilizava entre Monte Real e Amor, havia uma Ermida e, um pouco mais adiante, um forno de cozer a cal. O Rei, apercebendo-se que vinha a ser seguido pelo criado da rainha, ao passar no forno da cal, deu ordens aos operários para agarrarem e meterem dentro do forno um cavaleiro que vinha um pouco atrás. Acontece que o criado da rainha, por ser muito religioso, entrou na Ermida e ali assistiu à missa que decorria nesse momento. Algum tempo depois, o Rei mandou um dos seus criados ao forno a perguntar se as ordens de El-Rei haviam sido cumpridas. Os operários responderam que não mas que seriam, de imediato cumpridas e, sem mais, meteram o criado do Rei no forno que assim foi queimado como sendo o criado da rainha o que foi entendido como um milagre daquela e um sério aviso ao Senhor El-Rei D. Dinis. Ainda hoje, aos locais onde existiam a ermida se chama “Ermida” e o forno se chama “forno da Cal”» (in <http://monterealonline.com/lendas.php>).*

O que visitar – Na parte mais antiga da localidade encontram-se os Paços Reais e a Capela da Rainha Santa Isabel, a Capela de S. João Baptista, o Pelourinho e a Casa da

Câmara. Localizada na vertente oriental da colina no caminho do rio, fica uma pequena nascente conhecida pela Fonte da Rainha Santa. Pelo facto da Rainha ali ter ido beber várias vezes, a tradição diz que é milagrosa. Era muito procurada pelas mães que não tinham leite para amamentar os seus filhos. Pode-se ainda desfrutar de uma vista soberba de vários quilómetros do vale do Lis para montante e para jusante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mito está intimamente relacionado com a identidade cultural das localidades e com a cultura dos povos. Participando activamente do imaginário comunitário, relembra constantemente o fabuloso tempo dos “começos”, transmitindo significado e valor à existência. O mito mantém-se pois, ao longo dos tempos, adaptando-se às novas condições sociais e modas culturais. Fazendo parte intrínseca do património cultural, está patente no SER de um povo e de uma nação. O património cultural é o que de mais puro e autêntico se pode encontrar, possibilitando que as comunidades se identifiquem e se reconheçam.

O turismo cultural é um fenómeno social que assenta no património cultural e na identidade cultural das localidades e proporciona ao turista uma experiência enriquecedora e personalizada. O turismo cultural é um turismo com identidade.

D. Dinis foi uma figura marcante a nível nacional, mas sobretudo local. Leiria encontra esta personagem emblemática na origem da sua identidade e deve-lhe muitas das narrativas que habitam o imaginário dos leirienses, sendo estas narrativas proficuas na criação de roteiros culturais com distinção. No roteiro proposto tentou-se mostrar como é que o mito com grande importância na identidade cultural pode constituir-se como um pilar no turismo cultural local.

Referências Bibliográficas

Barrios, Prisciliano, (1993): *Identidad Nacional: fantasia y verdad*. Editorial Mariano Arosemena del Instituto Nacional de Cultura.

Burkert, Walter, (1991): *Mito e Mitologia*. Lisboa: Edições 70

Beni, Mário, (1997): *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac Editora.

Cortez Pinto, Américo, (1982[1ª edição]): *Dionisios – Poeta e Rey*. Lisboa: Ministério da Educação.

Costa, Carlos, (2005): “Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)” in José Pais: *Análise Social*, 175, XL, 279-295

Eliade, Mircea, (1989): *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70

Franco, José Eduardo, (2004): Mitificação das Origens da Nacionalidade – Portugal no âmbito da afirmação das nacionalidades europeias na modernidade. URL: http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISII_UW_4a_FRANCO-Jose-Eduardo_Mitificacao-das-origens-da-nacionalidade.pdf, último acesso a: 28/11/2010

Goldstein, Ilana, (2000): *O Brasil Best Seller de Jorge Amado: Literatura e Identidade Nacional*. São Paulo: Senac

Gomes, Saúl, (2009): “Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria” in Ricardo, Vieira e Fernando, Magalhães (Orgs.) (1ª edição): *Património e Identidade*. Porto: Profeições, 45-57

Henriques, Cláudia, (2003): *Turismo, Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo

Jesi, Furio, (1973): *Mito*. Lisboa: Editorial Presença, Lta

Lévi-Strauss, Claude, (2000): *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70

Lourenço, Eduardo, (2004): *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva

Mattoso, José, (2008[4ª edição]): *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva

Mendes, José, (1996): Características da cultura portuguesa: Alguns aspectos e sua interpretação. Coimbra. Instituto de História Económica e Social. URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12795>, último acesso a: 02/12/2010

Pérez, Xerardo, (2009): *Turismo Cultural - Uma visão antropológica*. Tenerife: PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

Pimentel, Manuel Cândido, (2008): “O Mito de Portugal nas suas raízes culturais” in Mário, Lages e Artur, Matos (Coord.) (1ª edição): *Portugal – Percursos de Interculturalidade*. Lisboa: Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 7-50

Pizarro, José Augusto, (2005): *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores

Robinson, Mike, Nigel, Evans e Callaghan, Paul, (1996): *Tourism and Culture: Image, Identity and Marketing*. Sunderland: The Center for Travel & Tourism and the Authors

Vallbona, Montserrat e Costa, Margarita, (2003): *Património Cultural*. Madrid: Editorial Sínteses

Sites Consultados

<http://leiria.blogs.sapo.pt/> - acedido a 16/12/2010 às 18:00

<http://lendasdeportugal.no.sapo.pt/distritos/leiria.htm> - acedido a 18/12/2010 às 15:00

<http://montereaonline.com/lendas.php> - acedido a 20/12/2010 às 22:45